

A COP 28 pede sua ajuda: ação dos stakeholders é necessária para a implementação do Acordo de Paris

A COP 28 chega ao seu fim como sempre com o mínimo denominador comum que as nações do mundo conseguem acordar, restando cada vez mais claro que os governos sozinhos não farão o que é necessário para resolver a crise climática. Após duas semanas de intensas negociações, a decisão final da COP não resultou em resoluções robustas, que os governos decidiram adotar em um prazo definido específico, mas apenas em sinais de para onde as nações estão se dirigindo. Por outro lado, pela primeira vez uma decisão da COP traz mensagens claras sobre o papel fundamental do setor privado nesse processo: a decisão faz um apelo forte para que os stakeholders ajam para enfrentar a crise climática e apoiem a implementação do Acordo de Paris. Como mencionou a ex-Secretária da UNFCCC, Christiana Figueres, em uma entrevista recente, as COPs não são destinadas a implementar o Acordo de Paris: as Partes e os stakeholders já sabem o que fazer e devem cumprir sua parte.

Isso não significa que a decisão da COP 28 – intitulada "Consenso dos Emirados Árabes Unidos" - não tenha sido positiva. Havia muitos desafios para a presidência dos Emirados Árabes Unidos nesta COP, e conseguir que 195 partes concordassem com decisões ambiciosas em todos os aspectos ao mesmo tempo era uma tarefa extremamente difícil. Nesse contexto, a mensagem-chave de que os governos pretendem fazer a transição para longe dos combustíveis fósseis foi fundamental para fornecer um sinal explícito aos mercados. No entanto, isso é o máximo que a UNFCCC pode fazer. E o texto da decisão indica claramente isso.

Na decisão do Balanço Global do Acordo de Paris, por exemplo, os países reconhecem explicitamente o papel do setor privado em mobilizar investimentos para promover a mitigação das mudanças climáticas e o aumento da ambição climática, ao mesmo tempo que destacam a necessidade de que governos fortaleçam “políticas, incentivos, regulamentações e condições facilitadoras para alcançar a escala de investimentos necessária para realizar uma transição global em direção a baixas emissões de gases de efeito estufa e desenvolvimento resiliente ao clima”.

A decisão também destaca o papel dos “bancos comerciais, investidores institucionais e outros agentes financeiros, com o objetivo de aprimorar a avaliação e gestão dos riscos financeiros relacionados ao clima, garantir ou aprimorar o acesso a financiamento climático em todas as regiões geográficas e setores, e acelerar o estabelecimento contínuo de fontes novas e inovadoras de financiamento”. Quanto ao tema da adaptação, a decisão também convida atores não-estatais a aumentarem a ambição e aprimorem sua atuação e seu apoio à adaptação.

Em termos de desenvolvimento tecnológico, a decisão destaca as lacunas persistentes e os desafios, bem como "o ritmo desigual da adoção de tecnologias climáticas ao redor do mundo", instando os países a enfrentarem essas barreiras e fortalecerem a ação cooperativa, “e inclusive atores não-estatais, especialmente o setor privado, para

acelerar rapidamente a implementação de tecnologias existentes, fomentar a inovação e o desenvolvimento, e facilitar a transferência de novas tecnologias”.

Uma seção inteira é dedicada a enfatizar a importância da cooperação na implementação das metas do Acordo de Paris. A decisão insta os "atores não-estatais a unirem esforços para acelerar a entrega por meio de ações inclusivas, em vários níveis, sensíveis ao gênero e cooperativas". Ela encoraja a cooperação internacional entre stakeholders, "incluindo a realização de pesquisas conjuntas, treinamento de pessoal, projetos práticos, intercâmbios técnicos, investimentos em projetos e cooperação em normas". Também incentiva todos os stakeholders a aprimorarem a cooperação na implementação de convenções e acordos ambientais multilaterais (como a Convenção sobre Diversidade Biológica, por exemplo) para facilitar o alcance dos objetivos do Acordo de Paris e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de maneira sinérgica.

E, finalmente, a decisão da COP 28 reconhece "o papel importante e o engajamento ativo dos agentes não-estatais, especialmente a sociedade civil, empresas, instituições financeiras, cidades e autoridades subnacionais, povos indígenas, comunidades locais, jovens e instituições de pesquisa", em contribuir para o progresso coletivo em direção aos objetivos do Acordo de Paris, e "saúda os esforços cooperativos internacionais atuais e as iniciativas voluntárias para aprimorar a ação climática e o apoio entre stakeholders, inclusive por meio do compartilhamento de informações, boas práticas, experiências, lições aprendidas, recursos e soluções".

Essas são apenas algumas referências de uma das decisões no pacote da COP 28. As decisões que não puderam ser tomadas também indicam algo sobre como certas discussões não são eficazes e práticas quando realizadas no contexto multilateral. Este é o caso talvez das negociações sobre mercados de carbono no âmbito do Artigo 6, que não conseguiram chegar a um consenso após muitas discordâncias entre as partes sobre como lidar com preocupações com a integridade ambiental ao mesmo tempo em que garantir que os instrumentos de mercado se tornem operacionais em um prazo viável.

As decisões (e a falta delas) na COP 28 mostram como o Acordo de Paris, mesmo sendo um tratado internacional entre Estados-nação, depende cada vez mais de atores, decisões e recursos que existem fora de seus limites. Na fama re.capital, temos enfatizado essa mensagem de forma bastante contundente: o setor privado precisa agir diante da crise climática, independentemente das orientações do governo. Agora parece que os 195 países que são partes no Acordo de Paris concordam com isso; e eles estão pedindo a nossa ajuda.